



CRISTOLOGIA

AULA 3



Prof. Robert Rautmann

CONVERSA INICIAL

Os registros do cristianismo primitivo já manifestavam, de forma consistente, a compreensão de que Jesus de Nazaré, nascido de Maria, era o Senhor, o Ungido de Deus, o Filho de Deus.

A perspectiva de fé, de compromisso, de aceitação dessa realidade teve que passar pelas definições teológicas, logo nos primeiros séculos. A necessidade de se custodiar a fé cristã obrigou a Igreja a procurar meios de compreensão dessas verdades.

Como compreender que aquele homem, nascido em uma região simples de Israel seria, ao mesmo tempo, Deus? Em que medida ele foi ser humano? Em que medida foi Deus? Essas são algumas perguntas que guiaram os debates eclesiais – tanto no início do cristianismo, como contemporaneamente.

TEMA 1 – DOGMAS CRISTOLÓGICOS

Começamos explicando o termo *dogma*, para que não gere incompreensões. É um termo derivado de uma palavra grega (*dokeo*), que significava, originalmente, “opinião”. É no sentido de decisão, porém, que ele adentra o sistema cristão.

O dogma tem dupla fundamentação – estar presente na Revelação e ter sido apresentado à obediência da fé por parte do supremo órgão magisterial (seja o Papa isoladamente, seja unido ao Colégio Episcopal), de forma expressa e definitiva. Os artigos de fé que constam dos “símbolos de fé” (especialmente o credo apostólico e o niceno-constantinopolitano, mais conhecidos) situam-se dessa forma, bem como alguns cânones conciliares. Na Antiguidade Cristã (é aqui que iremos nos deter) os pronunciamentos dogmáticos tinham em vista a defesa da fé contra as heresias que surgiam ou que estavam em evidência. Os dogmas são, portanto, um elemento de auxílio à compreensão da revelação, na busca pela unidade entre aqueles que creem.

1.1 Concílio de Niceia

Em maio do ano de 325, por convocação do imperador Constantino, reuniram-se na cidade de Niceia cerca de 300 participantes, divididos em três grupos principais – aqueles que tinham tendências arianistas, outros de tendência



origenistas, e outros ainda antiarianos. O próprio imperador presidiu a sessão de abertura e grande parte do concílio.

A razão principal dessa convocação era resolver a questão da controvérsia ariana no Oriente cristão. Essa controvérsia, de forma resumida, dizia respeito ao entendimento de Ário, de que Jesus Cristo não partilhava da mesma substância divina do Pai, e sim de que havia sido criado (como primeira e mais importante criatura) pelo Pai.

O Concílio de Niceia, ainda que desejasse se utilizar de categorias bíblicas para as definições que buscava fazer, apelou para conceitos do helenismo, na intenção de não gerar ambiguidades, que estavam criando um sem-número de equívocos – nesse caso, especialmente entre os arianos.

1.2 Concílio de Constantinopla

Ainda que Ário, seus seguidores e suas ideias tivessem sido derrotados no Concílio de Niceia, aos poucos foram recuperando o poder, até se tornarem um partido hegemônico em algumas regiões. A questão do Filho ser “de mesma substância” que o Pai gerou inúmeras discussões e debates, acerca do significado de *essência* ou *substância*. O termo *homooúsio*, derivado do grego, gerou inúmeras incompreensões. Poderia ser entendido como “de substância igual ao Pai”. Porém, era possível incorrer no erro de se considerar o Filho e o Pai como duas divindades no mesmo plano. Outra compreensão seria a “de uma só substância com o Pai”; nesse caso, seria possível pensar que o Filho e o Pai são distintos somente em sua aparição à humanidade, ou em seu aspecto.

Diante de tais discussões, reações, intervenções, realizações de sínodos locais etc., o então imperador Teodósio convoca, para o ano de 381, o Concílio de Constantinopla. A tradição informa que reuniram-se cerca de 150 padres conciliares.

O resultado deste concílio foi o (assim conhecido) símbolo niceno-constantinopolitano, que reúne, em um mesmo símbolo de fé, as declarações dos dois concílios. Mas apenas a partir do ano de 451 que ele se tornou formalmente aceito (no Concílio de Calcedônia).

1.3 Concílio de Éfeso

Com os dois concílios anteriores, estavam consumadas, de certa forma, as questões referentes a Deus e à divindade das pessoas trinitárias. A reflexão teológica (e as controvérsias, portanto) volta-se para a encarnação do verbo. A Igreja já reconhecia, plenamente, a humanidade e a divindade de Cristo. A pergunta voltava-se, agora, para o modo como tais naturezas se relacionavam n'Ele.

Podemos resumir a discussão em duas vertentes principais: a alexandrina e a antioquena. Na compreensão alexandrina, a encarnação do verbo era entendida em um esquema *lógos-sarx* ("Verbo-carne"). A percepção antioquena propunha o esquema *lógos-anthropos* ("Verbo-homem").

Para a visão antioquena, o *lógos* é o sujeito humano da *sarx*, duvidando-se da existência de uma alma humana em Jesus Cristo. Na percepção alexandrina, a relação entre verbo e *anthropos* se dava mais na linha moral do que na linha ontológica, correndo o risco de apresentar uma separação entre as duas naturezas.

O imperador Teodósio II convocou, para o ano de 431, um concílio a ser realizado na cidade de Éfeso. Com início bastante conturbado, devido à ausência da delegação de Antioquia, com seu patriarca, o concílio condenou Nestório e suas teses. Desse concílio, temos a definição solene de Maria como *theotókos* (Mãe de Deus). Não temos cânones próprios desse concílio, mas cartas entre Cirilo de Alexandria e Nestório, que foram lidas no concílio e aprovadas (ou não).

1.4 Concílio de Calcedônia

O Concílio de Calcedônia tinha a intenção de refutar as heresias de Nestório (que permaneciam) e de Êutiques, que era o responsável de um mosteiro com tendência alexandrina. Segundo a percepção desses personagens, a natureza humana de Cristo havia sido diluída em sua natureza divina – heresia que ficou conhecida como monofisismo. Condenado em 448, ele foi reabilitado pelo patriarca Flaviano de Constantinopla em 449. Para esclarecer essas questões candentes, havia a necessidade do concílio.

A fórmula calcedoniana introduz um conceito bastante importante na cristologia, cujos aspectos são debatidos até hoje – em Jesus Cristo temos duas naturezas (humana e divina) em uma só pessoa. Como isso se realiza? O



conceito apropria-se de um termo filosófico que é conhecido em seu original grego – “hipóstase” ou “união hipostática”.

TEMA 2 – UNIÃO HIPOSTÁTICA

De forma sintética, podemos dizer que a união hipostática é uma doutrina específica dos estudos da cristologia, que procura entender como se dá, em Jesus Cristo, a união das suas naturezas – divina e humana. A doutrina, como vimos, foi confirmada, definitivamente, no Concílio de Calcedônia (451).

A declaração conciliar é bastante longa. O trecho que destacamos a seguir reflete a compreensão do mistério desta união: “um só e mesmo Cristo Filho Senhor Unigênito, conhecido em duas naturezas inconfusas/imutáveis, indivisas/inseparáveis, a distinção das naturezas de modo algum é anulada pela união, mas a propriedade de cada natureza é conservada, concorrendo para formar um só *prósopon* e uma só *hipóstase*” (Kessler, 2008, p. 317-8).

E o que seria uma pessoa ou hipóstase (ou “*hypostasis*”? Trata-se de “uma substância individual completa, subsistente em si mesma, independente no seu ser de outros indivíduos. Diz-se também ‘pessoa’ quando se trata dos indivíduos mais dignos nos quais se verifica de modo mais perfeito a noção de subsistir” (Barriandos, 2005, p. 70).

Esse conceito tem o aporte fundamental de Boécio, que definia *pessoa* como *rationalis naturae individua substantia* (ou substância individual de natureza racional). Trata-se, portanto, de um ser racional, que é uma realidade completa em si e diferente dos demais. O fato, contudo, de ser completo em si, não significa que é fechado em si, pois esse conceito de pessoa compreende a realização total somente na relação com o outro.

Já o conceito de *natureza* traz aquilo que é específico e define uma determinada coisa. “Também significa o princípio interno pelo qual esse sujeito actua [*sic*] do modo que lhe é próprio” (Barriandos, 2005, p. 71).

O que distingue uma parte do todo é a natureza e a pessoa. Como exemplo, podemos dizer que você é um ser humano. É essa a sua natureza: humana. Contudo, isso não diz tudo; você é único, com elementos exclusivos seus, o que faz de você uma pessoa.

A união hipostática que acontece em Jesus Cristo une duas naturezas em Cristo. É uma união na pessoa (por isso mesmo “hipostática”). Essa união, completamente misteriosa, acontece quando o verbo, ao assumir a natureza



humana de Maria, a fez sua. A partir da encarnação, o filho de Deus subsiste em duas naturezas – divina e humana.

Ainda que possamos tentar aproximar a união que se dá em Jesus Cristo, que é inatingível para a nossa compreensão, com a união do corpo e da alma, isso não poderá nos servir de exemplo. A alma e o corpo formam uma só pessoa, porém são duas substâncias incompletas, enquanto no caso de Jesus Cristo sua divindade e sua humanidade são completas. A união hipostática nos auxilia na compreensão de como se dá o mistério da encarnação, quando a “natureza humana foi assumida, e não destruída” (GS n. 22). Portanto, a alma do Filho era uma alma racional humana, com conhecimento humano (cf. Catecismo n. 471-472; João Paulo II, 2000), que, como ser condicionado no tempo e no espaço, experimentou crescer “em sabedoria, em estatura e em graça, diante de Deus e diante dos homens” (Lc 2,52).

Semelhantemente dizemos que em Jesus Cristo havia duas vontades – divina e humana, que não concorriam entre si, mas cooperavam em vistas da vontade soberana do Pai.

TEMA 3 – HERESIAS CRISTOLÓGICAS

A palavra *heresia* deriva de *háiresis* (em grego), que significa “escolha”. Em teologia, designa um tipo de pensamento ou facção teológica ou eclesial que acentua, de forma arbitrária, um aspecto da verdade, em detrimento a outros aspectos.

No início do cristianismo, quando as definições, cristológicas ou não, ou haviam sido feitas ou ainda estavam em fase de consolidação, houve muitas correntes teológicas de espiritualidade, ou comunidades, que formularam teses errôneas sobre a pessoa de Jesus Cristo. Vejamos algumas delas.

3.1 Adocionismo

O adocionismo data do século II. Um dos importantes grupos que adotaram esse pensamento foram os ebionitas – grupo que vivia na mais estrita observância dos ensinamentos de Jesus. Eles acreditavam que Jesus era um enviado de Deus, o Messias, no mais estrito termo da palavra. Eles não acreditavam, portanto, na divindade de Jesus.



Qual a compreensão do adocionismo? Para esse grupo, Jesus teria tido um nascimento normal; porém, ao receber o seu batismo no Jordão, teria sido ungido por Deus com o Espírito Santo. Segundo eles, nesse momento Jesus teria sido recebido como filho de Deus, o verbo de Deus. Daí temos o termo *adocionismo*, pois seria no batismo que Jesus teria sido “adotado” por Deus como Filho. A recusa, por parte dos ebionitas, em aceitar a divindade de Jesus, fundava-se em um monoteísmo radical, advindo do judaísmo. O grupo foi marginalizado pelos judeus, pela aceitação de Jesus como Messias, e rejeitado pelos cristãos, pois não reconheciam Jesus Cristo como Deus.

3.2 Docetismo

O nome desta heresia, surgida no final do século I, vem do termo grego *dokeo*, que significa literalmente “parecer”, “aparentar”. Dessa forma, temos que o docetismo foi uma heresia que entendia que Jesus teria tido um corpo aparente, não real. O docetismo não se encaixa, exatamente, como uma seita, e sim como uma tendência que foi permeando alguns círculos cristãos. Ele está ligado ao gnosticismo, pois entendia a matéria como algo mau em si, supervalorizando o princípio espiritual. A partir da dicotomia entre matéria e espírito, concluíram que era impossível a Deus, espírito perfeitíssimo, assumir qualquer tipo de matéria. Dessa forma, a ideia de um Deus encarnado seria uma aberração. Para o docetismo, Jesus seria um ser celeste, o Filho de Deus e, como tal, seria impensável, absurdo, loucura que Ele tivesse assumido uma carne humana e que tivesse sofrido e morrido em uma cruz.

Ao negar o fato essencial do Cristianismo – a encarnação do verbo de Deus –, o Docetismo atacava diretamente a base da fé cristã. Muitos autores, subsequentemente, procuraram combater essa influência nefasta, como Inácio de Antioquia e Irineu. A tendência docetista acompanhou a história do pensamento cristão e, até os nossos dias, podemos perceber certa espiritualidade desencarnada, com um desprezo à matéria e às coisas humanas, além de uma sobrevalorização do que é espiritual ou celestial.

3.3 Monarquianismo

A heresia conhecida como monarquianismo também foi chamada de patripassianismo. Essa heresia compreendia um monoteísmo radical, como a



compreensão judaica. O termo *patripassianismo* deriva de dois termos gregos – “*pater*” (pai) e “*passio*” (sofre) –, designando que o Pai sofre na cruz e não o Filho.

Essa heresia surgiu, aproximadamente, no ano 150. Segundo seu pensamento, admitir pessoas distintas na divindade levaria à traição da fé monoteísta, pois Jesus Cristo seria um segundo Deus. Como solucionavam essa questão? Para eles, Jesus teria sido o próprio Deus Pai em uma “modalidade” especial. A divindade se manifestaria de “modos” distintos – como Pai e como Filho. Ainda que garanta o monoteísmo, o monarquianismo põe em xeque a existência autônoma do Filho.

3.4 Arianismo

Uma das maiores heresias dentro do cristianismo, a ponto de envolver diversos bispos e presbíteros e demandar um Concílio (Concílio de Niceia) para esclarecer definitivamente seus enganos.

O fundador do arianismo chamava-se Ário (daí a nomenclatura da heresia). Ário teria nascido por volta de 256-260, tornando-se sacerdote no clero de Alexandria (no Egito). Tinha grande poder de oratória e era dado ao ascetismo e ao misticismo.

O arianismo entendia que Deus, sendo imutável e incorruptível, único e absoluto, não poderia transmitir seu Ser de forma alguma, nem por criação, nem por geração. Na visão de Ário, seria um desatino imaginar que Deus poderia ter um Filho. Portanto, tudo o que existe, além de Deus, são suas criaturas. Ao criar o universo, Deus teria criado um ser intermediário, uma primeira criatura – o *Lógos* –, um ser pré-existente, porém criado. O *Lógos* se encarnou em Jesus de Nazaré. Ainda que Ário o considerasse como a melhor, a mais excelente criatura, superior e anterior a todas as outras, ainda assim, seria apenas uma criatura. Jesus, segundo Ário, foi o receptáculo desse *Lógos*. Ao receber o *Lógos*, Jesus foi “adotado” por Deus como Filho.

Ário desenvolveu suas ideias em torno do ano de 319. Foi advertido pelo bispo Alexandre, de Alexandria; porém, a recusa de Ário em se retratar provocou a convocação de um sínodo, no qual foi condenado. Ário, no entanto, continuou a propagar as suas ideias e a convencer clérigos e leigos. Aos poucos, depois da morte de Ário em 336, o arianismo foi desaparecendo, tanto dos ensinamentos quanto da prática.

3.5 Apolinarismo

Dentro dos esforços por combater a heresia ariana, vão surgindo outras formas de compreensão da natureza divina de Jesus Cristo. Entre elas, surgiu o apolinarismo, que pretendia explicar como se relacionam as duas naturezas em Cristo – a divina e a humana.

O iniciador dessa heresia era Apolinário, o jovem. Ele foi bispo em Laodiceia, na Síria. Bastante erudito e autor de vários textos, nascido em torno de 310, procurou defender incansavelmente as decisões do Concílio de Niceia. Sua intenção era reafirmar a natureza divina em Jesus Cristo. Apolinário queria discutir a relação entre a natureza divina e humana em Jesus Cristo.

Para ele, essencialmente haveria em Jesus Cristo um ser composto do verbo e da carne. Dito assim, a razão ou alma racional era substituída pelo *Lógos*. Apolinário entendia que a impecabilidade de Jesus se devia à ausência da parte fraca da natureza humana. A alma humana, sendo suscetível ao mal, não poderia estar presente em Jesus Cristo. As decisões de Jesus seriam guiadas por um espírito superior, a fim de que a carne não o levasse ao pecado. Sua heresia está eivada da dualidade carne–espírito. Em poucas palavras, poderíamos resumir seu pensamento afirmando que, em Jesus Cristo, haveria encarnação, mas não verdadeira humanização, uma vez que Jesus Cristo seria muito mais celeste do que terrestre.

Como se pode deduzir, sua heresia desembocou em uma cristologia mística que só conseguia perceber a divindade em Cristo e a sua unidade com Deus, enxergando seu corpo apenas como um instrumento que oculta a glória celeste.

Como consequência dessa heresia, a noção de salvação é prejudicada, uma vez que somente aquilo que é assumido é salvo. Gregório de Nazianzeno (citado por Frangiotti, 1995, p. 103) irá dizer contra essa heresia que “justamente o que há de mais importante no homem, o seu *noûs* (intelecto-alma espiritual), o que o faz imagem de Deus, deixar-se-ia de lado”.

Em 362, no Concílio de Alexandria, a heresia de Apolinário foi formalmente condenada. Em 390, com a morte de Apolinário, seus seguidores se dividiram em dois grupos distintos – um deles vai dar origem à cristologia monofisista e o outro reconcilia-se com Roma.

TEMA 4 – DEBATE SOBRE JESUS HISTÓRICO

Um importantíssimo assunto, que é obrigatório nos cursos de Teologia e Programas de Pós-Graduação da área, é o debate acerca da historicidade de Jesus de Nazaré, não somente de sua existência, mas de seus atos e palavras, e, certamente, de todas as consequências desses estudos.

René Latourelle escreveu um importante livro, cujo título pode causar algum constrangimento: “Jesus existiu?”. No início de sua obra, ele lembra da importância da credibilidade do cristianismo. A partir disso, apresenta três problemas a serem respondidos em relação a essa credibilidade. O primeiro deles é o que nos interessa: “1. Pelos Evangelhos, temos verdadeiramente acesso a Jesus de Nazaré? Essa pergunta, de caráter histórico e hermenêutico, pertence à crítica literária e histórica, recorrendo também às ciências da linguagem” (Latourelle, 1989, p. 11-12).

A historicidade de Jesus de Nazaré é elemento fundamental da credibilidade da fé cristã. Em outras palavras, os acontecimentos que dão origem à fé cristã devem corresponder, primeiramente, à existência de Jesus de Nazaré e, em seguida, aos acontecimentos a Ele atribuídos.

Difícilmente há quem negue, seriamente, a existência de Jesus, como homem que viveu em determinado contexto geográfico e histórico. Sobre isso, Bultmann (citado por Latourelle, 1989, p. 15) afirma: “O fato de duvidar que Jesus tenha realmente existido não tem fundamento algum e não merece sequer ser refutado. É indiscutível que Jesus está na origem do movimento histórico cujo primeiro estágio tangível é representado pela comunidade palestina primitiva”.

Não temos acesso a Jesus por intermédio de algum texto por ele escrito, pelo motivo de que não existem, mas sim a partir daquilo que se chama de “movimento de Jesus”, do primeiro século da era cristã. Esses, que testemunharam o que Jesus fez e falou, estavam intrinsecamente ligados a Jesus. Os evangelistas faziam parte dessa comunidade. Por meio de seus textos, sabemos que Jesus era reconhecido como Senhor, Messias, o próprio Filho de Deus! Como texto, os evangelhos não se encaixam em uma biografia ou registro histórico, mas sim em uma profissão de fé, a fim de que outros creiam. Pela análise desses textos, pretende-se chegar àquele Jesus que historicamente viveu. É nesse sentido que usamos os termos “Jesus histórico” e “Cristo da fé”.




A comunidade dos crentes vai refletindo, desde Pentecostes, pela oração, celebração, partilha e ensino, sua confissão de Jesus como o Cristo. Os Evangelhos são resultado dessas reflexões, e apresentam Jesus nessa perspectiva histórica, certamente, mas igualmente teológica. A pesquisa científica quis fazer o caminho inverso – do texto que temos em mãos até a pessoa de Jesus, que inspirou os textos.

Latourelle (1989, p. 17) é bastante enfático acerca da indispensabilidade de se refletir, de pesquisar, de se debruçar sobre essa questão:

A teologia não pode se dispensar de refletir sobre esta relação da fé com a história, porque se Jesus não existiu, ou se ele foi tal que não possa fundamentar a interpretação que a fé lhe deu, mas sim outra muito diferente, e até completamente diferente, o cristianismo naufraga na primeira de suas pretensões. A fé cristã implica relação de continuidade entre o fenômeno Jesus e a interpretação que lhe deu a Igreja primitiva, pois foi na vida terrestre de Jesus que Deus se manifestou, sendo ela que autoriza a interpretação cristã dessa vida como a única autêntica e verdadeira. Se os apóstolos puderam confessar Jesus como Cristo e Senhor, é preciso que ele tenha executado atos, adotado comportamentos, atitudes e linguagem que autorizem tal interpretação. A teologia deve, portanto, poder estabelecer, pelos Evangelhos e nos Evangelhos, aquilo que justifica a interpretação cristã do fenômeno Jesus, em sua condição terrestre.

O século XIX e, na sequência, o século XX, viram um intenso debate acadêmico, no âmbito da teologia (protestante e, em seguida, católica), acerca da comprovação da existência de Jesus, bem como de suas palavras e ações. O que exatamente Jesus fez e falou? Do que conhecemos de Jesus, o que se pode atribuir somente ao anúncio pós-pascal realizado pela comunidade cristã? Aquilo que lemos nos Evangelhos pertence ao Jesus histórico ou ao Cristo confessado pelos primeiros cristãos? É possível uma conciliação entre ambos? Pensou-se na possibilidade de se chegar à *ipsissima verba Jesu* (ou seja, às exatas palavras que Jesus, de fato, teria dito), situação que, como já se percebeu, é impossível do ponto de vista histórico.

Para um(a) estudante de teologia, é fundamental entender que o estudo da cristologia demandou investigações profundas de pesquisadores, especialmente nos dois últimos séculos. Por vezes, aquele que inicia nos estudos teológicos tem a impressão de que a compreensão de determinados textos – sejam eles bíblicos ou magisteriais – estão cristalizados no tempo, não sendo atualizados com os avanços das ciências. Justamente o contrário: a teologia, como ciência, reflexão metodológica acerca do dado da fé, recorre



habitualmente aos mais variados saberes, com a intenção de se aprofundar na compreensão da revelação.

TEMA 5 – CRISTOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS

O fazer teológico é intimamente ligado aos contextos nos quais os teólogos e as teólogas estão inseridos. A época contemporânea – desde o fim do séc. XIX até os dias atuais – influenciou a forma de fazer Teologia e, por consequência, a cristologia. Desse período, temos o Concílio Vaticano II (1962-1965), que foi o grande acontecimento eclesial do século XX (e até nossos dias). Contudo, em relação ao nosso tema (cristologia), não há documento conciliar que trate dele especificamente.

Os textos conciliares se debruçam sobre a natureza e a missão da Igreja, o ser humano, a Revelação, a evangelização no mundo contemporâneo, a reforma litúrgica, entre outros temas. Porém, ao tratar de Cristo, os documentos apresentam categorias fundamentais, como: Jesus Cristo como consumação e plenitude de toda Revelação (DV 4), Igreja como Corpo Místico de Cristo (LG 8), liturgia como originada em Cristo e obra de Cristo (SC 5-8), Cristo como “a chave, o centro e o fim de toda história humana” (GS 10). A preocupação primordial do Concílio foi posicionar a Igreja diante das situações concretas da humanidade de então. Mergulhar nas alegrias e dramas do ser humano,

E, a partir dele, olhar ao homem Cristo como revelação do projeto original para a vida humana. Nele se manifesta seu ser original (imagem de Deus) e se antecipa o seu destino final (comunhão definitiva com Deus), ao mesmo tempo que sua realização histórica exemplar (liberdade vivida como filiação diante do Pai e proexistência para os irmãos). (De Cardedal, 2001, p. 346-347, tradução nossa)

Ainda que o Concílio não tenha emanado um documento propriamente cristológico, o estudo do tema tem recebido diversos aportes desde o seu encerramento, especialmente ao final do século XX e início do século XXI.

Nesse ponto da disciplina, queremos apontar AS tendências básicas que revelam exemplarmente essas disposições. Vejamos brevemente algumas características e autores.

5.1 Cristologias da autorrevelação

Dois grandes teólogos estão alinhados a essa tendência – Karl Barth (1886–1968) e Hans Urs von Balthasar (1905–1986). Para eles (ainda que de



formas distintas), a cristologia é o único caminho de compreensão da própria teologia. Os enunciados da Teologia são englobados pela fé e por pensamentos cristológicos. Em outras palavras, não é possível haver outro discurso acerca de Deus, senão na revelação de Jesus Cristo.

Em Jesus Cristo, reconhecemos a história de Deus conosco. Em sua descida, sua humilhação, sua *kénosis*, reconhecemos a verdadeira essência de Deus, e na sua glorificação e exaltação identificamos o destino final da humanidade.

Segundo Barth (citado por Kasper; Schilson, 1990, p. 47), “Deus ‘em si’ é o revelador (o Pai), a revelação (o Filho) e o que é revelado (o Espírito Santo)”. Barth compreende o objeto da aliança entre Deus e a humanidade como a escolha, desde toda a eternidade, que Deus faz do homem pela sua livre e bondosa vontade (unindo, assim, a eleição e a graça). Em Jesus Cristo se dá, concretamente, o fundamento dessa aliança. Ele é Deus mesmo escolhendo toda humanidade em sua própria humanidade.

A cristologia de von Balthasar pode ser resumida na ideia de “cristologia da obediência”. Para ele, o centro da cristologia é a condescendência do amor divino, que se revela plenamente na vida e obediência de Jesus Cristo. Para von Balthasar, a obediência de Cristo está sedimentada na sua preexistência, sem a qual é impossível reconhecer a verdade da manifestação de Deus. Balthasar afirma, segundo Kasper e Schilson (1990, p. 60), que “duas coisas nunca devem ser deixadas de lado: a identidade, livremente escolhida, entre a pura autodoação de Jesus no ato da sua obediência perfeita na cruz e o seu amor eterno enquanto é o Filho de Deus obediente, e a sublimidade do seu rebaixamento”.

5.2 Cristologias existencialistas da fé

Tendo como expoente o teólogo luterano Rudolf Bultmann (1884–1976), pretende o encontro com o ressuscitado por meio da palavra da pregação. Para Bultmann, não havia a necessidade de apoiar a cristologia sobre um sólido fundamento de Jesus histórico. O que importava para ele era a decisão de fé que tomaríamos em relação à mensagem querigmática. A revelação, ainda, se constitui no convite de Deus ao ser humano (o querigma) e na resposta deste pela fé.



Bultmann entende que o querigma neotestamentário utiliza-se de uma linguagem simbólica para expressar a fé em Cristo. Segundo ele, o conteúdo desse anúncio não revela nada acerca da pessoa histórica de Jesus, mas é uma motivação para a nossa própria decisão de fé. Podemos dizer que o Cristo de Bultmann não está fundamentado na pessoa do Jesus histórico, mas sim no Cristo anunciado pela comunidade cristã primitiva.

5.3 Cristologias da correlação

Alguns grandes teólogos contribuíram para essa compreensão – Paul Tillich (1886–1965), Edward Schillebeeckx (1914–2009) e Hans Küng (1928–2021). A compreensão cristológica da correlação deseja dar uma resposta ao ser humano contemporâneo, secularizado. O que exatamente é correlacionado? Por um lado, a verdade cristã; por outro, a situação específica do destinatário da mensagem cristã, a situação cultural em que o ser humano está inserido. “Cultural”, para Paul Tillich, refere-se “às formas científicas e artísticas, econômicas, políticas e éticas, nas quais se exprimem as suas [dos indivíduos e dos grupos] interpretações da mensagem” (Tillich, citado por Gibellini, 1998, p. 93). Posto de outra forma, as perguntas existenciais de todo ser humano têm, para Tillich, uma correlação, um espelho, na mensagem cristã. Tillich entende que o ser humano se encontra em uma existência alienada em relação aos fundamentos de seu ser. Cristo é, portanto, o “novo ser” que porta uma nova realidade, que venceu essa alienação e que possibilita que cada um também possa vencê-la.

Schillebeeckx (teólogo holandês) compreende a cristologia como narrativa. O indivíduo moderno não tem mais, segundo ele, a inocência narrativa primitiva, vendo os Evangelhos como um testemunho histórico. Os textos são, na verdade, expressão de fé das comunidades cristã primitivas, narrando a história de Jesus, que é confessado como o Cristo.

5.4 Enfoque transcendental-antropológico

Para Karl Rahner (1904–1984), a realização plena da essência humana se dá na pessoa de Jesus Cristo. Nele temos a verdadeira humanidade e a possibilidade de cada um de nós realizá-la. Rahner dedicou-se, de forma especial, à cristologia do Concílio de Calcedônia, vendo-a como exigência de um



novo início de reflexão dentro da Igreja. Para ele, a cristologia tem um pressuposto existencial, qual seja, o encontro com Cristo. Jesus Cristo, para Rahner, é o símbolo real do amor de Deus.

5.5 Enfoques universal-históricos

Dentro desse enfoque, que tem Wolfhart Pannenberg (1928–2014) como expoente, a pergunta fundamental é quanto ao sentido último da história humana. Nesse aspecto, o evento da Ressurreição de Jesus Cristo é não somente a confirmação da Sua missão como enviado do Pai, mas também desvela o sentido de toda a história. A revelação do sentido humano acontece antecipadamente à ressurreição de Jesus.

5.6 Enfoques escatológico-práticos

Jürgen Moltmann (1926–) elabora uma cristologia escatológica de Deus. Para Moltmann, na cruz é o Deus Trino quem sofre, em vistas do relacionamento dinâmico entre Pai e Filho. Essa relação trinitária se dá, igualmente, na ressurreição. O Pai ressuscita o Filho, pelo Espírito que tudo vivifica. O Filho ressuscitado envia o Espírito criador para renovar a face da terra.

NA PRÁTICA

As práticas religiosas e eclesásticas, ao longo dos séculos, tenderam para a valorização de um ou outro aspecto da pessoa de Jesus Cristo. Ora sua humanidade foi supervalorizada em detrimento de sua divindade, ora o contrário.

Procure analisar alguns discursos no âmbito da sua Igreja, por exemplo: uma homilia ou sermão, uma pregação ou palestra realizada por um leigo ou leiga de um movimento eclesial ou pastoral, e uma pregação ou palestra realizada por um leigo ou leiga transmitida via televisão (ou internet). Qual natureza de Jesus é sobrevalorizada? Qual linha teológica você percebe que aquela pessoa está seguindo? Qual aspecto histórico de Jesus é mais mencionado?



FINALIZANDO

O processo de compreensão da pessoa de Jesus Cristo e da afirmação dos dogmas cristológicos foi longo, gerando inúmeros debates, inclusive cisões na Igreja Cristã.

A Igreja entendeu a necessidade de que as fórmulas de fé fossem aos poucos precisadas, a fim de que não houvesse dúvidas quanto ao credo.

Estudamos ainda algumas heresias e grupos que, em relação aos dogmas cristológicos, se distanciaram da fé cristã. Algumas compreensões, que se originaram desses grupos, produzem reflexos até os dias de hoje. Devemos reconhecer, contudo, que as heresias contribuíram para que algumas questões fundamentais da fé – e aqui falamos a respeito da cristologia – fossem debatidas e aprofundadas.

Por fim, é importante notar que a reflexão teológica sobre a pessoa de Jesus Cristo, especialmente sobre sua vida terrena, teve um destaque, especialmente no século XX, com ênfase em um ou outro aspecto de sua existência.



REFERÊNCIAS

BARRIENDOS, V. F. **Jesus Cristo nosso salvador**: iniciação à cristologia. Campinas: Diel, 2005.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2015.

DE CARDEDAL, O. G. **Cristología**: Sapientia Fidei – Serie de Manuales de Teología. Madri: BAC, 2001.

FRANGIOTTI, R. **História das Heresias (séculos I–VII)**: conflitos ideológicos dentro do cristianismo. São Paulo: Paulus, 1995.

GIBELLINI, R. **A teologia do século XX**. São Paulo: Loyola, 1998.

KASPER, W.; SCHILSON, A. **Cristologia**: abordagens contemporâneas. São Paulo: Loyola, 1990.

KESSLER, H. Cristologia. In: SCHNEIDER, T. (Org.). **Manual de Dogmática**. Petrópolis: Vozes, 2008. v. 1.

LATOURELLE, R. **Jesus existiu?** História e Hermenêutica. São Paulo: Santuário, 1989.